

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Julho de 2024
em Agosto de 2024

Economia brasileira avança no 1º semestre/24

No primeiro semestre de 2024, a economia brasileira deu sinais de recuperação, com a média móvel trimestral do IBC-Br indicando crescimento contínuo (Gráfico nº 1). No segundo trimestre, houve um aumento de 1,1% em relação ao primeiro trimestre, enquanto a projeção do PIB do IBGE aponta para uma alta de 0,9% no mesmo período. Esse desempenho foi impulsionado por um mercado de trabalho aquecido, com crescimento da massa salarial e do nível de emprego, fatores que favoreceram o aumento do consumo das famílias, especialmente no setor de bens de consumo. Além disso, a expansão dos gastos públicos e das transferências governamentais contribuiu para manter a demanda interna forte, mitigando, em parte, os impactos de um cenário global desafiador.

O setor industrial, em particular, mostrou sinais de retomada, com um crescimento de 2,6% no primeiro semestre de 2024, revertendo a ligeira contração do mesmo período de 2023. Este crescimento foi impulsionado por um desempenho positivo tanto nos bens de capital quanto nos intermediários, refletindo uma retomada dos investimentos e da confiança empresarial. No entanto, os juros elevados continuam a ser um fator de restrição, limitando o acesso ao crédito e, por consequência, o potencial de expansão mais robusta do setor industrial.

As taxas de juros, que se mantiveram elevadas para pessoas físicas e jurídicas, revelam um ambiente de crédito restritivo. Para os consumidores, os juros acima de 36% tornaram o financiamento de bens duráveis mais caro, o que pode frear o consumo em médio prazo, apesar do cenário favorável no mercado de trabalho. Do lado das empresas, os juros em torno de 21% indicam um alto custo do capital, o que tende a restringir novos investimentos, especialmente em setores que demandam maior alavancagem financeira. Apesar das altas taxas de juros, a resiliência do setor de commodities, especialmente na mineração, continua a ser um pilar importante para a economia brasileira. No entanto, a dependência deste setor torna o país vulnerável à volatilidade dos preços internacionais, o que pode representar um risco para o crescimento sustentado. A necessidade de diversificação econômica, com maior ênfase na indústria de transformação, torna-se cada vez mais evidente para reduzir essa vulnerabilidade e aumentar a resiliência econômica.

As políticas governamentais de estímulo ao consumo e à demanda interna, por meio de transferências e gastos públicos, desempenharam um papel crucial na manutenção da atividade econômica durante o semestre. Entretanto, essas políticas enfrentam limites, especialmente em um contexto de restrições fiscais que podem exigir ajustes futuros. A sustentabilidade dessas políticas dependerá da capacidade do governo de gerenciar o equilíbrio fiscal sem comprometer o crescimento econômico.

No contexto das condições de crédito, a tendência de manutenção de juros elevados levanta preocupações quanto à sustentabilidade do crescimento econômico. Se as taxas de juros continuarem altas, é provável que o consumo e os investimentos sofram uma desaceleração gradual, afetando negativamente a dinâmica econômica. O Banco Central, portanto, enfrentará o desafio de ajustar a política monetária para equilibrar o controle da inflação com a necessidade de estímulo ao crescimento.

A dinâmica econômica no primeiro semestre de 2024 aponta para um crescimento moderado e sustentado, mas com desafios significativos à frente. A resiliência dos setores industriais e de commodities precisa ser complementada por uma estratégia de diversificação econômica e incentivo à inovação para garantir um crescimento mais robusto e menos vulnerável a choques externos. A trajetória da economia brasileira dependerá, em grande medida, da capacidade de adaptação a esses desafios e da implementação de políticas que promovam um desenvolvimento sustentável.

Em suma, o primeiro semestre de 2024 mostrou uma economia em recuperação, porém ainda vulnerável a fatores como juros elevados, dependência de commodities e desafios fiscais. A manutenção do crescimento dependerá de políticas econômicas eficazes que consigam estimular a demanda interna e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade fiscal e a diversificação econômica.



Aumenta a probabilidade de alta da selic este ano

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB) sugere, com alta probabilidade, um aumento da taxa Selic ainda este ano. Embora reconheça que o processo de desinflação esteja em andamento, o BCB considera que ele ainda não é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta de 3% no horizonte relevante para a política monetária. No cenário de referência, a projeção de inflação para o primeiro trimestre de 2026 é de 3,4%, enquanto no cenário alternativo, com a Selic mantida constante, a projeção é de 3,2%. Esses números indicam que, mesmo mantendo as condições atuais, a inflação permaneceria acima da meta, sugerindo a necessidade de ajustes na taxa de juros para intensificar o processo desinflacionário.

O BCB também enfatiza que o cenário externo continua adverso, com volatilidade nas variáveis de mercado decorrente da falta de sincronização nos ciclos de queda de juros em países avançados e da cautela das autoridades monetárias globais. Essa volatilidade, combinada com a aversão global ao risco, pressiona a taxa de câmbio das economias emergentes, incluindo o Brasil, o que pode amplificar os riscos inflacionários internos e demandar uma postura mais rígida na política monetária doméstica, incluindo a elevação da Selic para conter pressões inflacionárias adicionais.

No cenário interno, o BCB observa que a atividade econômica e o mercado de trabalho demonstram maior dinamismo do que o esperado, com indicadores de alta frequência, como comércio e serviços, apontando resiliência da demanda doméstica. Esse contexto, aliado à inflação de serviços, que possui maior inércia, torna o processo de convergência da inflação à meta mais desafiador. A persistência das pressões sobre os preços, especialmente em um ambiente de alta demanda e mercado de trabalho aquecido, sugere que o Copom poderá precisar ajustar a taxa de juros para evitar que a inflação se desancore das expectativas.

Outro ponto crucial destacado pelo BCB é a incerteza fiscal e a percepção dos agentes de mercado sobre a sustentabilidade do atual arcabouço fiscal. A percepção de um crescimento mais acelerado dos gastos públicos e a falta de disciplina fiscal podem elevar a taxa de juros neutra da economia, diminuindo a eficácia da política monetária. Nesse contexto, o Copom sublinha a necessidade de uma política fiscal crível e alinhada com a política monetária, sugerindo que a falta de controle fiscal poderia exigir uma Selic mais alta para evitar a desancoragem da inflação.

Por fim, o balanço de riscos do BCB indica que o cenário prospectivo para a inflação se tornou mais “mais desconfortável”, nas palavras do Diretor de Política Monetária, com as projeções de médio prazo em alta, mesmo considerando uma trajetória de juros mais elevada. O Comitê sinaliza a necessidade de uma política monetária ainda mais cautelosa e vigilante, reforçando a possibilidade de novos aumentos na Selic para assegurar a convergência da inflação à meta e manter a credibilidade da política monetária. Caso as condições inflacionárias persistam ou se agravem, é provável que o BCB decida por um aumento na Selic ainda este ano.

O aumento da Selic, por sua vez, eleva o custo de financiamento da dívida pública, pois encarece a rolagem da dívida e aumenta os gastos com juros, pressionando o orçamento público e agravando o déficit fiscal. Isso pode deteriorar a relação dívida/PIB, criando um ciclo vicioso de crescimento da dívida e exigindo mais recursos para seu serviço. Além disso, intensifica a necessidade de ajustes fiscais, que podem impactar negativamente o crescimento econômico no curto prazo.

A produção industrial brasileira em junho de 2024

No primeiro semestre de 2024, a produção industrial brasileira cresceu 4,1% em junho em comparação a maio, ajustada sazonalmente, alcançando o melhor desempenho desde julho de 2020 e revertendo as quedas dos meses anteriores. Esse avanço foi amplamente distribuído, com 64% dos ramos e 53% dos parques regionais monitorados pelo IBGE registrando aumento na produção, destacando-se a recuperação no Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, onde, após as enchentes de maio, a produção industrial aumentou 34,9% em junho. Setores como fumo, químicos e metalurgia, predominantes no estado, impulsionaram o crescimento nacional. O IBGE também ressaltou a relevante contribuição da produção de derivados de petróleo e biocombustíveis, após paradas técnicas nas refinarias da Petrobras em meses anteriores. No segundo trimestre de 2024, todos os macrossetores industriais apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2023, com ênfase nos bens de capital, que aumentaram 11,7%. Bens de consumo também mostraram bom desempenho, refletindo a melhoria no emprego e renda, enquanto os bens intermediários foram o único setor a perder ímpeto, crescendo apenas 1%, influenciados pela concorrência externa e pelos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul. As perspectivas para a segunda metade do ano são favoráveis, com indicadores de confiança empresarial em alta e sondagens apontando a necessidade de reabastecimento de estoques, o que pode estimular a produção industrial nos próximos meses.[1]

Segundo a série ajustada sazonalmente da FGV, a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação aumentou 0,7 ponto percentual, de 81,8% em maio/24 para 82,5% em junho/24, posicionando-se 6,3 pontos percentuais acima do nível pré-pandemia de fevereiro/20 (76,2%) e 2,9 pontos acima da média histórica (79,6%). Em julho/24, esse indicador subiu para 83,4%. Por outro lado, os dados da CNI indicam uma leve estabilidade, com a capacidade utilizada passando de 79,0% em maio/24 para 78,9% em junho/24, enquanto na comparação anual com junho/23, houve um aumento de 0,9 ponto percentual, ainda assim, o valor de junho/24 ficou abaixo da média histórica de 80,4%, mas 1,6 ponto percentual acima do patamar de fevereiro/20.

[1] [IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial](#)

Variações (%) da Produção Industrial - Julho 2024

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	4,1	3,2	2,5	1,5
Bens de capital	0,5	9,0	5,0	-5,1
Bens Intermediários	2,6	1,1	1,8	1,6
Bens de consumo	6,8	6,6	4,2	2,9
Bens de consumo duráveis	4,4	12,0	4,3	0,7
Semiduráveis e não duráveis	4,1	5,8	4,1	3,2
Extrativa Mineral	2,5	0,9	2,1	5,2
Transformação	4,5	3,6	2,7	0,9

PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE:

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE:

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO:

Walter Luiz Juca Sá

COORDENADOR UNIDADE TÉCNICA

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

DIRETOR REGIONAL:

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE:

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

COORDENADORA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES:

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

ANALISTAS:

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

ESTAGIÁRIOS:

Bruno Melo Vasconcelos

Maria Raquel Farias Cezário

Marya Rita Melquiades Pereira

Welde Messias Vieira da Silva

DESIGN/LAYOUT:

Yasmin Nayara de Araújo Costa

Julho de 2024
em Agosto de 2024